

Operação militar: uma leitura cultural do conceito para os dias de hoje

Military operation: a cultural reading of the concept for today

Rev. Bras. Est. Def. v. 11, n. 2, jul./dez. 2024, p. 21–45

DOI: 10.26792/RBED.v11n2.2024.75385

ISSN 2358-3932

FÁBIO FACCHINETTI FREIRE

INTRODUÇÃO

Em seu verbete sobre o militarismo, Pion-Berlin (2018) considera, como uma das definições para o termo, a “prevalência de sentimentos e ideais militares entre as pessoas”. Faz eco, assim, à concepção de Alfred Vags, citada no mesmo verbete, para quem o militarismo é “um modo de pensar que prioriza os valores e as ações militares em detrimento dos civis”. Nesses termos, podemos tratar o conceito como o predomínio de um ambiente cultural onde é a sociedade civil que prefere e busca o *ethos militar* para conduzir sua própria vida,¹ muito mais do que qualquer ação das forças armadas (FA) ou das Forças Auxiliares — ação esta que, de resto, tem sido constante na história brasileira — impondo sua visão de mundo sobre a sociedade. Esta demanda civil cria a permeabilidade por meio da qual uma lógica validada para a realidade do combate — a lógica castrense — se estabelece em contextos novos, fora dos limites dos quartéis.

O risco do militarismo é um fenômeno mundial, do qual recortaremos o caso brasileiro recente. Objetivamos compreender o processo em curso, ainda incipiente — talvez estancado pelas últimas eleições, mas de modo algum extinto —, no que ele se caracteriza, entre outros aspectos, pelo reposicionamento da influência das FA. Cumpre destacar, e é central para nossa argumentação, o movimento dialógico que se estabelece entre uma sociedade que passa a entender o *jeito de ser* militar como a melhor solução para os seus problemas, e a classe fardada, que, ela mesma, acredita trazer

Fábio Facchinetti Freire é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e coronel da reserva do Exército. Professor colaborador do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira. Orcid.org/0000-0001-9760-8087. E-mail: fabiofreire1965@gmail.com.

a melhor resposta *para tudo isso que está aí* e se entende como messianicamente vocacionada à salvação nacional.

Trabalharemos com a definição de *operação militar* (Brasil 2017) pelo Exército Brasileiro (EB). Não buscaremos historiar o conceito ou considerá-lo em modo estrito, mas como uma *chave heurística*, uma ideia que abre caminho para a interpretação de um todo mais amplo e complexo. Quando o conceito, do modo em que está formulado em manual, define qualquer emprego militar, e de qualquer tipo, como uma *operação militar*, ele ilumina um tipo de visão que autoriza o *ethos militar*, *ad extremum*, a subsumir a sociedade civil. Esta é uma possibilidade que se vai materializando, tanto pela ampliação pós-moderna do emprego militar em outras atividades, nos termos descritos por Moskos, Williams e Segal (1999), mas — e principalmente — pelo uso de estratégias de Operações Psicológicas (OpPsc).²

Ao longo do trabalho, buscaremos contextualizar traços do momento atual, em que a vida das armas parece servir como a vida de todos; momento algo vago, como um cansaço da democracia, no qual o que há de mais avançado em política apenas recicla e atualiza o que há de mais atrasado. Iniciaremos tratando do conceito de *operação militar*, cujo alcance, ampliado sob o efeito da doutrina das Guerras Híbridas e de 4ª Geração (GH4G), torna-se omnidirecional (tudo pode ser uma *operação militar*), ou seja, como a semântica militar foi posta a caber em todas as oportunidades de emprego do EB. Identificaremos de que maneira a anacrônica caracterização do herói autoriza e justifica a intervenção castrense, indo ao encontro de uma demanda igualmente heroica, em sua indigência, pela *salvação da Pátria*. Por fim, reuniremos exemplos de como essa abordagem cultural está levando a um reposicionamento das FA no teatro político.

O CONCEITO DE OPERAÇÃO MILITAR COMO SIGNO DA MILITARIZAÇÃO

O conceito em questão é definido como:

[...] o conjunto de ações realizadas com forças e meios militares, coordenadas em tempo, espaço e finalidade, de acordo com o estabelecido em uma diretriz, plano ou ordem para o cumprimento de uma atividade, tarefa, missão ou atribuição. É realizada no amplo espectro dos conflitos, desde a paz até o conflito armado/guerra, passando pelas situações de crise, sob a responsabilidade direta de autoridade militar competente. (Brasil 2017, 2-1).

Uma ampla disponibilidade de emprego para o EB turva, assim e já na origem, os limites entre o que lhe seria reservado, como precípuo, e

aquilo que não lhe caberia, como problema da alçada exclusiva da sociedade civil. O EB, uma vez acionado, pode ser empregado do transporte de água no Nordeste à Operação Acolhida em Roraima; do socorro aos desabrigados em todas as enchentes à intervenção contra a criminalidade no Rio de Janeiro.³ As discussões sobre a necessidade e a oportunidade desses usos, extemporâneos ou não, parece considerar menos a maneira como os empregos serão tratados, fruto da cultura institucional, do que sua viabilidade, dentro de um cálculo logístico. Seguindo por esta direção, queremos discutir como a amplitude semântica atribuída ao termo *operação militar* (tudo pode ser tratado como uma *operação militar*) vai ao encontro das carências de uma sociedade até mesmo infantilizada na maneira como resolve os seus problemas.

Eis que, em consonância com a opacidade do campo de batalha nas GH4G, o ambiente operacional, entendido como “conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interfere na forma como são empregadas” (Brasil 2017, 2-2), passa a identificar e integrar dimensões igualmente híbridas, entre militares e civis:

— A dimensão *física*, representando o território em sua diversidade, onde a tendência é que, cada vez menos, distingam-se os espaços do conflito dos espaços fora dele.

— A dimensão *humana*, como “os fatores psicossociais, políticos e econômicos da população local, assim como suas estruturas, seus comportamentos e interesses” (Brasil 2017, 2-2), tanto naquilo em que a população pode servir ao objetivo do combate, quanto no que deve ser considerada espectadora capaz de pressionar a FA em sua atuação.

— A dimensão *informativa*, considerando a noosfera (Morin 2005, 139) onde são produzidas, circulam e atuam as informações de toda natureza, cada vez mais reconhecida como ambiente de uma guerra oculta, porém não menos contundente.

Se as fronteiras entre o que é ou não é da guerra seguem cada vez mais borradas, são acompanhadas pela perspectiva, tornada mais ampla, de que

[...] as ameaças concretas deverão vir associadas à proliferação de tecnologias (incluindo as relacionadas a armas e agentes de destruição em massa), ao terrorismo internacional, ao narcotráfico e à migração massiva. Por outro lado, como ameaças potenciais que podem servir de pretexto para legitimação de ações bélicas, devem ser considerados possíveis contenciosos relacionados às questões ambientais, às populações nativas e aos recursos naturais. (Brasil 2017, 2-3).

O EB pode ser empregado, desde o estado de paz — “ausência de lutas ou graves perturbações no âmbito interno de um Estado ou de suas

relações internacionais” (Brasil 2017, p. 2-17) — ao de guerra, passando pela crise — “conflito desencadeado ou agravado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em um contencioso” (Brasil 2017, 2-17). Essa concepção de emprego ampliado está contida no estudo das *operações de amplo espectro* (Brasil 2014), onde se reconhece o caráter multifacetado dos confrontos, nos dias de hoje, bem como sua marcação continuada pelo emprego da violência (Brasil 2017, 3-1).

Chegamos, assim, ao *conceito operativo do Exército* (Brasil 2014), criado para contemplar as novas possibilidades de confronto (difuso, multidirecional, irregular e sem limites):

Nesse contexto, as forças militares de um Estado-nação devem estar aptas a conduzir, com legitimidade e empregando o uso controlado da força, operações militares em qualquer ponto do espectro dos conflitos – desde a paz estável, até o conflito armado/guerra – para contribuir de forma decisiva para a prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e/ou na solução de conflitos nacionais ou internacionais, de qualquer natureza e intensidade. (Brasil 2014:3-1).

O gráfico a seguir, extraído do mesmo manual de fundamentos, nos permite perceber como toda a sociedade é incluída no campo de possibilidades de emprego, posto que deixaram de existir as delimitações entre o que é ou não é da guerra:

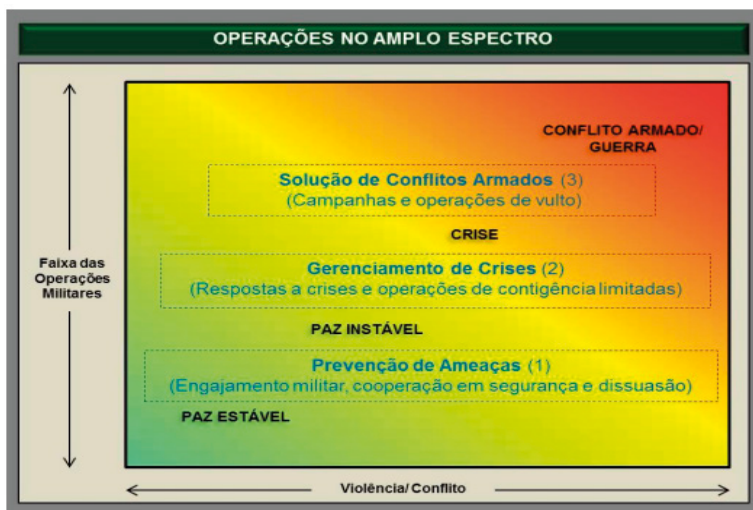


Gráfico 1 — Operações de amplo espectro.

Fonte: Brasil (2014, 3-2).

O eixo vertical representa a gradação do emprego militar, desde situações — canto inferior esquerdo — em que, no passado, este emprego não era cabível (era a paz, e não a guerra), até outras situações — canto superior direito — em que o uso da FA é claro, indiscutível e, por que não dizer, clássico.

O eixo horizontal, por outro lado, representa um gradiente de violência, de tal maneira que, se atentarmos para a resultante do gráfico, veremos um mínimo de violência/conflito associado ao quadro da *paz estável* (esquerda, abaixo), que progride para um máximo de violência/conflito associado ao quadro do *conflito armado/guerra* (direita, acima).

É importante destacar: toda a sociedade é espaço e tempo de possíveis empregos, considerando que o objetivo de *prevenção de ameaças* se realiza entre a paz estável e a instável; e, ainda que a concentração maior da violência guarde relação com as operações militares tradicionais, ela não está descartada, mesmo nos momentos de paz. A esta altura, cumpre observar, recuperando a introdução deste trabalho, que o emprego militar identificado no caso brasileiro faz eco ao estágio atual do mesmo emprego no Ocidente em geral.

O SALVADOR DA PÁTRIA NA FORMAÇÃO DO HERÓI

Apoiando-nos, primeiramente, no estudo clássico de Huntington (2016), entendemos que a consolidação do fazer militar, *pari passu* com a consolidação dos Estados nacionais e rumo a uma profissão militar, se deu pela separação do grupo castrense do conjunto maior da sociedade, envolvendo-o em valores, atitudes e costumes particulares, que foram afirmados como distintos, transcendentais e superiores ao restante da população civil. Essa identidade específica (*ethos*) vem perdendo prestígio ao longo das últimas décadas, frente à ascensão do conjunto de valores caros ao novo capitalismo (Sennet 2008). Podemos personificar esse primeiro esboço do *ethos militar* na imagem do herói clássico-medieval, no que este compreende traços de abnegação e sacrifício por algo anterior/exterior/superior (primeiro a cristandade, agora a Nação); coragem perante o risco máximo, que é o da própria morte; e de desapego material (de novo, uma herança da doutrina cristã). Este é o personagem, profundamente ético e viril, evocado, ainda hoje, no eficiente trabalho desenvolvido pela indústria cultural americana (Corbin, Courtine, and Vigarello 2013).

A obra também clássica de Janowitz (1967), contemporânea à investigação de Huntington, avançou sociologicamente para além dos amplos traços desse autor, identificando o militar americano também como o administrador, o gestor da violência do Estado, que precisa ter, frente aos cenários de

emprego na segunda metade do século XX, menos do idealismo heroico, e mais do pragmatismo técnico. Devido à efetividade de sua atuação, ele é um profissional regularmente empregado, para quem o risco não é um traço folclórico, mas um dado quantificável na sua rotina; a guerra não é mais o holocausto que ocorre em grandes acontecimentos, mas o cotidiano frequente o bastante para entrar no cômputo do empreendimento bélico. Ou seja: para esse militar, sua profissionalização tem a ver com a não excepcionalidade de sua atuação (o mundo é seu teatro de operações) e, portanto, a morte — o sacrifício final — também não é excepcional. Cumpre administrar também a fatalidade, reduzi-la, controlá-la como a um risco trabalhista. Não cabe ao profissional que convive rotineira e cotidianamente com a morte, o predomínio do herói como sua imagem referente. A profissionalização, como racionalização (gestão de riscos), viabiliza, também, que sejam atendidas as demandas pós-modernas, não só pela diversificação no emprego das FA, como pela diversificação do público profissional. Porque o modelo heroico era exclusivamente masculino, cristão e branco; a abertura para o modelo gerencial é possibilidade (necessária, porém não suficiente) de inclusões de gênero, religiosas e étnicas.

No caso brasileiro, identificamos, para fim didático, dois momentos importantes: no primeiro, inexistia, ainda na República Velha, um *ethos* capaz de apartar a mocidade militar (Castro 1995) da política, o que levou à explosiva combinação entre a possibilidade concreta de intervenção nos governos, pelas armas, e a convicção do dever cívico de fazê-lo. É nesse contexto que aconteceu o Tenentismo, bem como outras crises envolvendo militares (Revoltas da Armada, da Vacina, da Chibata etc.). O centro da formação da oficialidade estava na desmilitarizada Praia Vermelha, o “Tabernáculo da Ciência” (Castro 1995), onde os alunos transitavam com grande fluidez pelos papéis de militares e políticos, tarimbeiros e doutores, guerreiros e funcionários públicos.

No segundo, concretizado pelo comando do então coronel José Pessoa na Escola Militar do Realengo (1931-1934), resolveu-se o problema disciplinar anterior, encapsulando a categoria profissional em uma bolha cultural de valores, atitudes e costumes circunscritos (mais até do que em competências e habilidades técnicas). Construiu-se, com isso, uma *obediência*⁴ (até então ausente), a qual não mitigou o ímpeto intervencionista, mas, sob o código da hierarquia e da disciplina, o delegou para a esfera dos generais (da política dos tenentes para a política dos generais; ou, lembrando o General Góes Monteiro, “da política no Exército para a política do Exército”). A identidade então configurada se relacionou, fortemente, com o modelo heroico. Para isso colaborou a experiência de José Pessoa na Primeira Guerra Mundial, quando comandou um pelotão no 4º regimento

de Dragões, da 2ª divisão de cavalaria do exército francês, com grande presença de soldados turcos. Muito daquela mistura entre os códigos éticos medievais da oficialidade francesa e a rusticidade algo selvagem dos subordinados turcos, seria adaptada para o rígido código de pertencimento implantado no Realengo, que tem na criação do “Corpo de Cadetes” sua expressão mais contundente.⁵

Estão claras as semelhanças de percurso entre ambas as identidades, a do exército americano e a do brasileiro. Cabe-nos sublinhar uma diferença fundamental: enquanto aquele profissionalizou-se premido pela realidade do seu emprego (recursividade: profissionalizou-se porque era empregado, ou foi empregado porque era profissional?), este não vivenciou a mesma exigência de emprego real (sequer a exigência de prestar contas efetivas à sociedade civil), ainda que se tenha espelhado no “irmão do norte”, doutrinariamente, pelo menos desde a 2ª Guerra Mundial.

A racionalização do emprego bélico acompanha a sua cotidianização. Ampliar o uso das FA em um novo leque de “serviços” demanda a incorporação de saberes e de fazeres que deslocam o *ethos militar heroico* para o *ethos militar gerencial*, e então para uma outra identidade polissêmica, o que não parece acontecer sem contradições e resistências. A crueza do emprego real impõe o pragmatismo como condição de existência; sem esse *teste do uso*, a Tradição, no que ela serviu como cimento do *sprit de corps*, alimenta o pior conservadorismo e a resistência a mudança necessária.

Ao acompanhar a história recente do Processo de Modernização do Ensino do Exército — PME (Freire 2022), temos uma evidência deste movimento de reação. Nascido no conjunto de ações que marcaram a tentativa de reposicionamento das FA na redemocratização brasileira,⁶ o PME realizou, através do levantamento levado a cabo pelo Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GTEME),⁷ uma crítica ampla e contundente sobre o *status quo* do ensino no EB, explicitando, ainda que sem essa terminologia, a vinculação pedagógica de toda a formação militar com o tradicional-tecnicismo.⁸ Com a intenção de avançar deste diagnóstico para uma nova pedagogia de características construto-cognitivistas, entendida como mais apta a dar conta das exigências pós-modernas do emprego militar,⁹ o PME propôs um amplo e profundo conjunto de ações nas áreas da formação militar: estrutura do ensino, legislação, currículos, didática/metodologia, avaliação, recursos humanos e relacionamento externo ao Exército.

Foi possível analisar os ganhos alcançados pelo PME e seu desdobramento pedagógico, a Implantação do Ensino por Competências (IEC), e, como maior interesse para o argumento que aqui perseguimos, as estratégias de resistência à mudança, voltadas à conservação de um modelo

pedagógico tributário da identidade heroica. Menos como uma oposição explícita, ainda que franca e leal, já que esta sempre significaria algum ruído contra a *obediência*, as diretrizes pedagógicas do PME foram contrapostas em silêncios, omissões, apatias, seguindo o arsenal de recursos que as burocracias em geral dispõem, não para a destruição às claras, mas para a gangrena da oposição às suas práticas.

É certo — e já tratamos disso em outra oportunidade — que parte da oposição aos objetivos do PME já se encontrava, em potência, na sistemática de sua implantação. Ao mesmo tempo em que fazia uma crítica profunda à falta de autonomia dos agentes de ensino — consequência do modelo fortemente hierarquizado em que o atendimento às ordens é avaliado segundo a exatidão do seu cumprimento —, determinava, seguindo a mesma verticalização da cadeia de comando, que os agentes deveriam, agora, ser autônomos (podemos dizer que a forma traiu o conteúdo). Foge a esta oportunidade discutir o quanto essa dissonância entre os objetivos formalizados (com sua filiação ao cenário das GH4G e a um outro *ethos militar*) e o processo (tradicional) de sua operacionalização, estava clara àqueles providos do poder para a sua determinação.

OPERAÇÕES MILITARES, HERÓIS E MILITARIZAÇÃO: ALGUNS EXEMPLOS

A falta de emprego específico da FA favorece uma posição fronteira entre o ancoramento no herói enquanto *performance*, com todo o seu arcabouço de passado idílico, de tradições inventadas (Hobsbawm and Ranger 2012) e de prestígio (para consumo interno); conserva, também, o desígnio do *salvador da Pátria* junto com a demanda pelos imperativos do século XXI, tanto aqueles recebidos das lutas por reconhecimentos, quanto os novos horizontes doutrinários propriamente militares.

Temos aí uma *disponibilidade* que leva à ação tantos profissionais que se julgam, não só habilitados e moralmente superiores para o exercício da coisa pública, como destinados (quase compulsados!) a esse desígnio cívico, no que são respaldados pelo comportamento sebastianista de certa parte da população, saudosa de figuras de autoridade que assumam o peso de sua própria gestão.

Decerto este não é um fenômeno inédito. Foge ao espaço deste artigo fazer uma listagem sequer superficial daqueles momentos em que vários heróis da Pátria foram acionados. Atendo-nos ao que o fenômeno atual tem de particular, buscaremos examinar alguns exemplos.

As *escolas cívico-militares*. Partindo de uma valorização mitificada dos Colégios Militares do EB, cujo representante emblemático é o Colégio

Militar do Rio de Janeiro — CMRJ, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim)¹⁰ materializou, como sua mais expressiva proposta (em um governo sem propostas) para a educação nacional, o processo de militarização em curso na sociedade brasileira.¹¹ Como uma mitificação da “meritocracia”, os novos colégios militares/militarizados vieram ao encontro da demanda popular por ordem (a hierarquização como substituto da negociação e da busca pelo consenso), por controle (a gestão dos tempos e espaços como uma nostalgia da *criação dos corpos doces*) e por oposição simplificada (onde tudo o que diverge está errado e é culpa de um *inimigo*), a qual elegeu o *ethos militar* como sua síntese. É nessa direção que entendemos a militarização da escola pública como a resposta a uma solicitação.

A participação formal das FA e Forças Auxiliares no projeto deu-se pela ocupação de cargos executivos e, principalmente, pela contratação de Prestadores de Tarefa por Tempo Certo (PTTC), que são militares da reserva e voluntários (sem a exigência de quaisquer pré-requisitos pedagógicos) para atuar como *orientadores* daquilo que seria *militar* na prática educacional. Em um tipo equivocado de metonímia, as partes mais evidentes (formaturas, canto de hinos, aparência, postura etc.) do todo (*ethos militar*) foram transpostas, como se o sucesso objetivo dos Colégios Militares tradicionais — seu “pulo do gato” pedagógico — estivesse contido nessa expressão da superfície. Os veteranos,¹² segundo os moldes de sua seleção, não tiveram como trazer outras contribuições.

O exemplo das escolas militares para civis, que permanecem presentes e atuantes apesar da descontinuidade do Pecim, ilumina o argumento aqui proposto por vários ângulos. Primeiro, porque se trata menos da imposição de um modelo alienígena, mas de algo que atende a um anseio popular muito claro; se assim não fosse, o número de escolas filiadas ao ideário da *meritocracia* militar não estaria crescendo. Esse circuito de desejos mostra a receptividade para com a cultura da caserna, que estabelece a permeabilidade através da qual as *operações militares, lato sensu*, vão militarizando espaços civis. Segundo, porque esta proposta ancora-se fortemente em uma mitologia do *ethos militar*. Sendo uma mitologia, assenta-se e busca forças, não em resultados verificáveis e reproduzíveis racionalmente por avaliadores de fora, porém em uma dimensão afetiva, que não depende das respostas objetivas e dos resultados práticos. A construção simbólica, a bolha de significados que pacificou a profissão militar no século XX, foi erigida na separação da sociedade civil e na desvalorização desta sociedade (daí o prestígio *para consumo interno*). É este prestígio — descolado de indicadores mais profundos e de validação por especialistas — que atende à demanda civil pela presença militar.

O uso de postos e graduações como adjetivos, para fins eleitorais. A luta contra a morte, central à perspectiva heroica, ampara-se, sempre, em instrumentos que garantam a transcendência do herói; desse modo, a finitude do Eu sempre é compensada pela permanência de/em algo maior e perene (Deus, o Estado, a Revolução etc.). O pertencimento a uma confraria seleta e excludente como foi, a partir da década de 1930, o Corpo de Cadetes, é um exemplo dessa subsunção em que o indivíduo busca superação em algo que lhe ultrapassa. Nesse caso, a exemplaridade de seus hábitos e costumes — o código de ética — nada mais é do que o espelhamento nesse objeto perene e imaculado.

A preservação da dimensão simbólica depende de seu isolamento. Tanto ela é acessível somente para poucos — e o sacrifício da conquista confirma o valor de quem alcança o pertencimento —, quanto ela deve ser protegida da contaminação pelo que é fugaz e passageiro. É sempre a mesma fórmula cerimonial: os ritos possuem uma forma constante e irretocável para a sua execução, porque tal protocolo de ações recupera o momento primordial — *in illo tempore* (Eliade 1992) — em que o valor ideal foi concebido. As cerimônias sempre são postas a salvo das *coisas da terra*, sob o risco de se desencantarem e, com isso, desprotegerem seus eleitos do perigo da finitude.

Postos e graduações, à semelhança dos títulos nobiliários (como ainda é o caso dos títulos de cadete¹³ e general) carregam em si a própria instituição a que se referem. Dos titulados, espera-se que se comportem (ajam, sejam, existam) de acordo com o modelo daquilo que lhes é anterior, superior e exterior: a FA. Desde muito cedo, naqueles bancos escolares onde as competências atitudinais (o *ser*) eram mais valorizadas do que as competências factuais e conceituais (o *fazer*), lhes foi inculcido que não deixariam de ser militares, mesmo que fora do tempo e do espaço estritos da caserna. A profissão passou a ser a segunda pele, que não se desveste com facilidade.¹⁴

Todo esse preâmbulo foi necessário para entender o modo especial como postos e graduações adjetivam seus detentores. Mais do que apontar para uma relação de formação ou de trabalho (o que seria o caso mais comum do médico *fulano*, do advogado *sicrano* etc.), subentende-se que os postos e as graduações carregam o aval institucional para aqueles que conquistaram, com sacrifício, abnegação e superação ao final — o arquétipo da escalada, no simbolismo heroico (Durand 2019; Magalhães 2023) — a recompensa de apô-los antes dos próprios nomes. Mas este direito compreende resguardos e proteções para com a sacralidade institucional. E não poderia ser em outro lugar, senão no Estatuto dos Militares (Brasil 1980) a constar a restrição à contaminação desse prêmio heroico:

SEÇÃO II

Da ética Militar

Art. 28. O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das forças armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

[...]

XVIII - abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas:

- a) em atividades político-partidárias;
- b) em atividades comerciais;
- c) em atividades industriais;
- d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado; e
- e) no exercício de cargo ou função de natureza civil, mesmo que seja da Administração Pública.

O momento atual nos serve de evidência para o argumento perseguido. Fruto da permeabilidade cultural demandada pela sociedade civil, a distribuição de prestígio (capital simbólico) no interior das FA encontra ressonância para além dos seus limites.¹⁵ E vai nos interessar menos o aumento visível de militares, das FA e Forças Auxiliares, pleiteando cargos públicos. A questão aqui, sem deixar de ser quantitativa, merece destaque por uma qualidade nova, que é a extensa colocação das titulações profissionais como capital em um mercado de símbolos.

E o que se está oferecendo — e distinto do quê, e contra o quê — quando o diferencial que aquilata uma candidatura não são episódios da biografia dos concorrentes, seus feitos meritórios, suas comprovações de valores republicanos, mas, simplesmente, a chancela institucional? Sendo um oficial do EB, ou da Polícia Militar, ou um praça do Corpo de Bombeiros, o candidato, alavancando-se sobre o emblema castrense, faz dos valores cultuados nas diversas Forças — como a coragem e a honestidade, por exemplo — uma propaganda de si mesmo, *contra tudo o que está aí*. E além: o todo perene e imemorial das FA, que busca sua ancoragem o mais longe possível no tempo histórico (como é o caso do EB que referencia sua gênese na luta contra os holandeses, no século XVII), se apresenta como resposta à fluidez da pós-modernidade, ao império das narrativas e à relativização dos costumes. Onde a liberdade e a autonomia do novo milênio, com seu alarde (ainda que discutível) sobre a possibilidade de escolhas infinitas, produz insegurança no cidadão comum, achatado pela liberdade, a solidez do idealismo institucional vem trazer consolo e segurança; a possibilidade,

portanto, de mais uma vez trocar-se por valores despersonalizados, por virtudes sem sobrenome, sumindo, assim, na infantilização das massas. Os candidatos que, em grande quantidade e com o aval das FA e das Forças Auxiliares, têm menos nomes e história do que têm postos e graduações, cedem suas identidades ao *ethos* maior, abrangente e submissor.

Missões estranhas às FA: o caso da reserva indígena. Usamos o conceito de *operações militares*, de acordo ao formulado em manuais do EB, como chave heurística para entender não os empregos que seguem a especificidade consagrada das FA (empregos bélicos por natureza), mas aqueles que são tornados bélicos, que são apropriados como bélicos (empregos que se militarizam). A gramática das ações militares não é sensível a outros códigos, outras éticas ou epistemologias, senão àquela que, no estágio atual de nossa doutrina, ainda se tensiona do herói para o gerente, e deste para o militar pós-moderno. Defendemos, em nosso argumento, que o *ethos militar* permanece sempre em construção e em diálogo com a sociedade que o engloba, porém resistindo às atualizações, posto que dependente, em seu nível mais profundo, à perenidade que se expressa na vitória sobre o inimigo e na preservação da Pátria. A *eterna vigilância* significa uma guarda sempre alta, armas em punho como garantia, senão da vida eterna, ao menos da glória eterna.¹⁶ Não é uma identidade voltada, em sua essência, para o diálogo, a busca pelo consenso ou a composição de esforços.

Eis que, como já evidenciamos neste texto, a sociedade brasileira parece manifestar-se, mais do que favorável aos militares como interventores, até mesmo seguindo a gramática do *ethos militar*. É necessária uma visão de mundo heroica (dicotômica, binária, organizada em antagonismos) para concluir pelo emprego mais amplo e genérico do aparato militar, ou seja, pela militarização de ações, rotinas, protocolos etc., que antes eram — ou deveriam ser — enquadrados pela lógica das políticas públicas. É uma mudança sutil de perspectiva, esse momento no qual a dialogicidade é substituída pelo combate, e a construção democrática — com seu formulário de negociações, avanços e recuos, tempo para a colheita — dá lugar ao enfrentamento.

Dos diversos exemplos em que o EB foi acionado, como FA constituída — e não para colocar seu capital simbólico em jogo, seja para reproduzi-lo (escolas cívico-militares) ou para negociá-lo (adjetivando candidatos) —, escolhemos sua atuação junto à Terra Indígena Yanomami (TIY), para o que nos valeremos de matéria recentemente publicada em periódico de grande circulação (Feitoza 2024).

Ainda nos anos de 1990, na esteira do esforço por reposicionamento consequente à redemocratização, o EB envidou esforço pelo aumento de sua presença na região amazônica (*Projeto Calha Norte*). Não sem resistên-

cias, em boa parte veladas: seja em oposição à perda de melhor qualidade de vida (quarteis em outras regiões mais salubres), seja pela perda da iluminação política que existe nos grandes centros. Agora, como nos informa o periódico em tela, o Comandante do Exército determinou estudos para um aumento da ordem de dez por cento dos efetivos alocados na região norte, e em caráter permanente, o que corresponde a cerca de três mil profissionais.

Não é uma novidade de agora, em tempos de militarização, que o EB, colocado na Amazônia com a missão de protegê-la do inimigo externo, invasor (emprego bélico por natureza), vai extrapolar seu objeto de origem, incluindo missões que são fruto da ausência do Estado. De obras públicas ao serviço de transporte; de socorro médico-odontológico ao trabalho de polícia; da demarcação topográfica à administração de zoológico etc. Missões as mais diversas, conjugando o saneamento de carências públicas com a ocupação de recursos militares (na maioria humanos) ociosos. Por um lado, é o Estado que sempre foge ao compromisso com o planejamento de longo prazo, com o trabalho político de maior envergadura, acostumando-se ao socorro sempre disponível daqueles homens camuflados. *Socorro*, quando de uma primeira vez emergencial; *rotina* quando nas agendas de prefeitos e governadores, a partir de então.

O emprego do EB naquilo que não é sua missão precípua divide opiniões internas. Muitos, mais conservadores, ainda temem o risco de *contaminação* da tropa por misteres vulgares (e paisanos). Os que defendem esse emprego, menos conservadores, destacam os ganhos políticos conseguidos para a imagem da instituição junto à opinião pública.

Entendemos que, no cenário atual, parecem convergir: (1) a prevalência da linha de ação pelo emprego amplo; (2) a recolocação da justificativa desse emprego — sim, como interessante para a imagem institucional — agora sob uma leitura GH4G, a leitura da *conquista de corações e mentes*; e (3) a égide do tudo é *operação militar*, posto que não existe oposição (muito pelo contrário) ao trato como militar para aquilo que não é militar.

O próprio presidente Luís Inácio Lula da Silva, como citado no periódico em tela, refere-se à desintração da TIY em tempos belicistas: “Na ocasião [9 de janeiro de 2024], Lula disse que governo não pode ‘perder a guerra’ contra o garimpo ilegal, e prometeu usar toda a máquina pública para expulsar os invasores” (Feitoza 2024). Ora, tornada uma *guerra*, a desintração fica centrada nas FA (centro político, econômico, logístico e — principalmente — simbólico) e toda a sua complexidade se transforma em um *esforço de mobilização*.¹⁷ Ainda que não uma mobilização de fato ou sequer de direito, mas em sentido axiológico: que cessem ou sejam reduzidos outros sistemas de valores, para que possa atuar — contra o inimigo! — o

regime da guerra e suas outras possibilidades. Mesmo que boa parte das ações devidas, não só para a desintrusão, mas para o socorro mais amplo aos yanomamis, tenham a ver com saúde, serviço social, logística etc., e não com a *fricção* de Clausewitz (1931).

CONCLUSÃO

O conceito de *operação militar*, como chave heurística, estabelece ligações e esclarecimentos entre várias peças do mosaico reunido neste artigo. A “operação militar” é (e sempre foi) a ação básica que estrutura e justifica o emprego das FA, de tal modo que aquilo que não pudesse ser classificado como tal, não teria peso na autoavaliação castrense. O que chamamos de início à atenção é que, sob o respaldo doutrinário das GHG4, as operações militares abriram-se para o meio civil (esse cenário opacado da guerra pós-moderna) e a equação primeira onde *toda atuação é uma operação militar*, ampliou-se para *toda atuação na sociedade é uma operação militar*; ou, *ad extremum*, *a sociedade como um todo é militarizável* (e com o aval desta mesma sociedade).

Nesses termos, a militarização nacional (que, de resto, parece ser um episódio de uma militarização mais geral) tem a ver com o *ethos militar*, com esse sistema de valores que orquestram símbolos, costumes, linguagem, *héxis* corporal etc., o qual, no caso brasileiro, guarda uma relação peculiar com a profissionalização incipiente das FA.

A profissionalização da guerra tem a ver com sua prática recorrente. O profissional das Armas, fruto do século XIX, compromete-se com a possibilidade de sacrifício extremo — a própria morte — que não deve acontecer. A imagem da guerra como holocausto, sendo a destruição o destino inevitável ao qual a Honra deve levar o combatente, fica ultrapassada: o profissional que combate hoje deve voltar para combater amanhã. Compromete-se, com isso, o símbolo paradigmático do *herói*. O guerreiro que destrói e é destruído cede lugar ao administrador da violência, ao gerente do conflito. Esse percurso profissionalizante, que não abandona seus códigos primitivos, mas os viabiliza para uma economia da morte, é uma imposição para aquelas nações em que a guerra é *exercida*, e não somente *representada*. Sem o exercício — ou seu substituto bastante eufemizado, que é o controle civil sobre o funcionamento da máquina bélica — o modelo heroico tende não só a permanecer, como a defender-se das atualizações, por mais pragmaticamente justificáveis que elas sejam (em nome da “Tradição”, das “glórias passadas”, do “sempre foi assim” etc.). Esse *ethos militar de um Exército de paz*, como poderíamos, em síntese, chamá-lo, é o que acaba sendo requerido na demanda civil para a militarização. Menos pelo que ele possa efetiva e

racionalmente fazer, e mais pela aura algo sebastianista que estaria por detrás dele (o passado idílico, a segurança perdida, a figura do Pai).

Os três exemplos escolhidos procuram demonstrar, em pontilhismo: uma maneira pela qual a reprodução do *ethos militar* se estende e reproduz, atravessando a fronteira feita permeável dos limites civil-militares, demandado por segmentos da sociedade que, confusos, querem participar dos seus valores (as escolas cívico-militares); uma maneira pela qual o comércio de bens simbólicos (no caso, o prestígio institucional) se estabelece, mesmo contrariando o Estatuto dos Militares, com postos e graduações avalizando sujeitos subsumidos pelos valores representados em seus títulos (os candidatos adjetivados por seus títulos); e uma maneira, por fim, em que o próprio poder público provoca o extravaso do alcance militar, tratando como guerra o que não teria imposição alguma para ser referido assim (o caso da reserva indígena).

Ao concluir, interligando a demanda civil por militarização ao *ethos militar de um Exército de Paz*, pelo meio heurístico do conceito de *operação militar*, não negamos o enorme valor das FA — o EB em particular —, muito menos o potencial de seu emprego para além das concepções clássicas. Procuramos, isto sim, reunir apontamentos, em modo provocativo, que sirvam à instrução da sociedade civil, ainda em débito quanto à questão: “O que fazer com o militar?” (Domingos Neto 2023). Pergunta que pode nos levar — e até deva nos levar — a questionar, de modo mais profundo: *como fazer o militar?*

O militarismo substantiva um processo — a militarização — que deve ser entendido também como um circuito em mão dupla, e não uma imposição sub-reptícia que vem dos meios castrenses, ainda que parte destes almejem que a sociedade maior comungue de sua visão de mundo. Superar, também, essa que parece ser uma perversa vocação do século XXI, é o grande objetivo norteador de todas as operações, militares ou não.

REFERÊNCIAS

Bourdieu, Pierre. 2009. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. 1980. *Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares*. www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm.

Brasil. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Educação e Cultura do Exército. 1996. *Fundamentos para a Modernização do Ensino. Diagnóstico efetuado no sistema de ensino e proposta de ações para corrigir as deficiências encontradas*.

www.decex.eb.mil.br/port_/leg_ensino/8_outras/a_memoria_moderniz_ensino/6_doc49_15Jul1996_FundamentosModernizEns_GTEME.pdf.

Brasil. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-maior do Exército. 2014. *Portaria nº 004-EME, de 09 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 Operações, 4ª Edição.* www.esao.eb.mil.br/images/ Arquivos/ CMB/publicacoes/manual_de_campanha_manual_de_fundamentos.pdf.

Brasil. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. 2017. *Portaria nº 51 COTER, de 08 de junho de 2017. Aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.223. Operações, 5ª Edição.* bdex.eb.mil.br/jspui/handle/1/848.

Brasil. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. 2022. *Portaria GM-MD nº 5.807, de 28 de novembro de 2022. Aprova o Manual de Mobilização Militar – MD41-M-02 (2ª Edição/2022).* <https://static.poder360.com.br/2022/12/mmm-2022.pdf>.

Câmara, Hiram de Freitas. 2011. *Marechal José Pessoa: A força de um ideal.* Rio de Janeiro: BibliEx.

Castro, Celso. 1995. *Os militares e a república. Um estudo sobre cultura e ação política.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Castro, Celso. 2021. *O espírito militar. Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Clausewitz, Carl von. 1931. *Da guerra.* archive.org/details/da-guerra-carl-von-clausewitz/page/n9/mode/2up.

Corbin, Alain, Jean-Jacques Courtine, and Georges Vigarello. 2013. *História da virilidade. 3 – A virilidade em crise?* Petrópolis: Vozes.

Cunha, Luiz Antônio. 2007. *A universidade reformanda. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.* São Paulo: Editora Unesp.

Domingos Neto, Manuel. 2023. *O que fazer com o militar? Anotações para uma nova Defesa Nacional.* Teresina: Gabinete de Leitura.

Durant, Gilbert. 2019. *As estruturas antropológicas do imaginário. Introdução à arqueologia geral.* São Paulo: Martins Fontes.

Eliade, Mircea. 1992. *O sagrado e o profano. A essência das religiões.* São Paulo: Martins Fontes.

Feitoza, César. 2024. “Exército Estuda enviar 3.000 miliares para Terra Indígena Yanomami de forma permanente”. *Folha de São Paulo*, São Paulo (Fev.). www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/exercito-estuda-enviar-3000-militares-s-pa-ra-terra-indigena-yanomami-de-forma-permanente.shtml.

Foucault, Michel. 1987. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.

Foucault, Michel. 2023. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977 – 1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Freire, Fábio Facchinetti. 2019. “Política de educação e Colégios Militares: apontamentos para uma crítica à militarização da escola pública”. In *Políticas públicas e forças militares*, edited by Sabrina Celestino. Rio de Janeiro, Gramma.

Freire, Fábio Facchinetti, and Andrea Carvalho de Castro Albuquerque. 2022. “Entre a reprodução e a autonomia: as tensões na implantação do Ensino por Competências”. In *Exército Brasileiro: Perspectivas interdisciplinares*, edited by Fernando da Silva Rodrigues and Tássio Franchi. Rio de Janeiro: Mauad X.

Goffman, Ervin. 2019. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Hobsbawm, Eric, and Terence Ranger. 2012. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz & Terra.

Huntington, Samuel P. 2016. *O soldado e o Estado. Teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: BibliEx.

Janowitz, Morris. 1967. *O soldado profissional. Um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD.

Korybko, Andrew. 2018. *Guerras Híbridas. Das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

Magalhães, Suzana. 2023. *A forja. A educação do guerreiro. O modelo de ensino militar das forças armadas brasileiras*. Rio de Janeiro: Griffó's.

Morin, Edgar. 2005. *O método 4. As ideias — habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Sulina.

Moskos, Charles C, John A. Williams, and David R. Segal (Ed.). 1999. *The post-modern military: armed forces after the Cold War*. Oxford: Oxford University Press.

Murray, Williamson, and Peter R. Mansoor. 2020. *Guerra Híbrida. A verdadeira face do combate do século XXI*. Rio de Janeiro: BibliEx.

Pion-Berlin, David. 2018. “Militarismo”. In *Dicionário de segurança e defesa*, edited by Héctor L. Saint-Pierre and Marina Gisela Vitelli. São Paulo: Editora Unesp Digital.

Roesler, Rafael. 2021. “Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque: vida e trajetória militar”. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) — Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientador: Celso Corrêa Pinto de Castro. 747 f. Rio de Janeiro. repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7caf7602-5428-4819-b524-59ac8c8921e7/content.

Sennett, Richard. 2008. *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Silva, Marcelle Ivie da Costa. 2004. *Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Departamento de Ciência Política/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Shiguenoli Miyamoto. 135 f. Campinas. [www2.mp.pa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Amaz%C3%83%C2%B4nia%20e%20Pol%C3%83%C2%ADtica%20de%20Defesa%20no%20Brasil%20\(1985-2002\).pdf](http://www2.mp.pa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Amaz%C3%83%C2%B4nia%20e%20Pol%C3%83%C2%ADtica%20de%20Defesa%20no%20Brasil%20(1985-2002).pdf).

OPERAÇÃO MILITAR: UMA LEITURA CULTURAL DO CONCEITO PARA OS DIAS DE HOJE

RESUMO

Este ensaio busca compreender o processo de militarização em curso, em sua dimensão cultural, em termos de um esforço para reposicionamento da influência das forças armadas sobre a sociedade brasileira, em boa parte com a concordância desta. Lançando mão do conceito de *operação militar*, formulado em manual específico do Exército, como chave heurística, o artigo observa que a ampliação do alcance do conceito possibilita, *ad extremum*, a subsunção de toda a sociedade civil em uma operação militar. Para entender a vocação das forças armadas em atuar para além de sua dimensão típica e, em contrapartida, a demanda social por essa atuação, o artigo descreve a constituição do *ethos militar* e suas especificidades, onde a imagem do *herói* (de um exército em tempo de paz) parece representar certo capital simbólico (prestígio) negociado nos dias de hoje. Comprovando a atualidade e a materialidade do *ethos heroico*, o texto apresenta três exemplos dessa militarização cultural: a permanência e crescimento das escolas cívico-militares; o uso indevido de postos e graduações antepostos aos nomes de candidatas a cargos públicos; e a solicitação de maior participação do Exército junto às terras indígenas.

Palavras-chave: Sociologia dos Militares; *Ethos* Militar; Militarização; Formação Militar.

ABSTRACT

This essay seeks to understand the ongoing process of militarization, in its cultural dimension, in terms of an effort to reposition the influence of the Armed Forces over Brazilian society, in large part with the agreement of Brazilian society. Using the concept of a military operation, formulated in a specific Army manual, as a heuristic key, the article observes that broadening the scope of the concept makes it possible, *ad extremum*, to subsume the whole of civil society in a military operation. In order to understand the vocation of the Armed Forces to act beyond their typical dimension and, conversely, the social demand for this action, the article describes the constitution of the military ethos and its specificities, where the image of the hero (of a peacetime Army) seems to represent a certain symbolic capital (prestige) that is negotiated today. In order to prove the relevance and materiality of the heroic ethos, the text presents three examples of this cultural militarization: the permanence and growth of civic-military schools; the improper use of ranks and grades before the names of candidates for public office; and the request for greater participation by the Army in Indigenous Lands.

Keywords: Sociology of the Military; Military Ethos; Militarization; Military Training.

Recebido em 09/02/2024. Aceito para publicação em 14/06/2024.

NOTAS

1. “Desse modo, é possível que uma política militarista seja guiada pelo sentimento público, mais do que pela preferência do governo e dos militares” (Pion-Berlin 2018).
2. Foge ao escopo desse artigo investigar o quanto da própria receptividade civil aos códigos militares não pode ser o resultado de ações intencionalmente direcionadas para a conquista de *corações e mentes*, configurando, assim, uma exitosa operação psicológica.
3. E a amplitude do emprego do EB encontra-se brilhantemente sintetizada no slogan: *Braço forte, mão amiga*.
4. Foucault (2023, 235) trabalha os conceitos de uma *obediência para um fim* (idade clássica) e uma *obediência válida em si mesma* (cristianismo), sendo a segunda aquela desejada pelo Exército na República Velha contra o descontrole juvenil de seus tenentes. Uma obediência que não é o autocontrole focado e medido para um objetivo localizado no tempo e no espaço, porém outra, capaz de subsumir o sujeito ao todo institucional.
5. Foge ao escopo desse artigo aprofundar-se na reforma cultural daquele comandante, no que ela fez convergir a “criação dos corpos dóceis” (Foucault 1987) e as “instituições totais” (Goffman 2019). Sobre a força coercitiva do Corpo de Cadetes, o General Carlos de Meira Mattos diz que “cada cadete era prisioneiro de si mesmo. E, podemos afirmar, não havia prisão mais sólida” (*apud* Câmara 2011, 117). Para saber mais sobre José Pessoa, ver Roesler 2021.
6. Após a redemocratização (1985), o *combate ao comunismo* como grande oposição organizadora do *ethos* perde sua força; outros objetivos estruturantes são elencados, como é o caso da defesa da Amazônia (Silva 2004). No esteio dessa oportunidade reformadora é que se deu a busca pela modernização do ensino.
7. Conjunto de coronéis do Quadro do Estado-Maior do Exército (QEMA), chefiados pelo então coronel Paulo César de Castro, que, a partir daí, permaneceram próximos da área de ensino militar. Muitos chegaram ao generalato e, desta posição de ascendência, garantiram o prosseguimento do PME.
8. O tecnicismo, como corrente pedagógica que representa a entrada do gerencialismo americano na educação brasileira pelo Acordos MEC-USAID (Cunha 2007), significou, no caso militar, a atualização — e até a alavancagem — da dogmática cristã (jesuíta), com seus princípios de *obediência* como valor, de *repetição e memorização* como método e a manutenção da *Tradição* como fim, em bases compatíveis com o final do século XX.
9. “[o militar deve ser capaz de] [...] Atitudes que denotem *criatividade, iniciativa*, decisão, *adaptabilidade*, cooperação, arrojo, flexibilidade e liderança; habilidades interpessoais que facilitem sua *interação com indivíduos e grupos*; habilidades cognitivas, nos níveis de compreensão, *reflexão crítica e de aplicação de ideias criativas*; [...]” (Brasil 1996, 2, itálicos nossos).
10. Instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, e revogado pelo Decreto nº 10.611, de 19 de julho de 2023.

11. Para uma crítica sobre a militarização da escola pública, ver Freire 2019.
12. Denominação adotada pelo EB para os militares da reserva e reformados, a partir da Portaria do Comandante do Exército nº 1.521, de 10 de maio de 2021. Podemos entender que a substituição de *militar da reserva* por *veterano* guarda coerência — a investigar — com todo um esforço em mobilizar capital simbólico, em tempos de GH4G.
13. “Originalmente, *cadet* era o filho não primogênito que poderia ser encaminhado para as FA. Em Portugal, a partir de 1757, passou a indicar o filho mais velho do nobre, a serviço do rei, como militar. O título foi trazido para o Brasil com Dom João VI, perdurando até a República. Em 1898, no governo de Prudente de Moraes, foi extinto, sob a alegação de que fazia uma referência elitista à Monarquia. Contra o antigo recebimento hereditário, a nova concessão vincula-se ao mérito de um processo seletivo. Com a distinção dos alunos como cadetes, o coronel José Pessoa começa a separação dos discentes do meio civil original. Mais do que militares, eles agora irmanavam-se em uma confraria meritocrática, tendo o Duque de Caxias como exemplo máximo a ser imitado e seguido” (Freire 2023, no prelo).
14. Lembrando as palavras do General Otávio Costa: “A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença. Mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre!”.
15. Sobre a distribuição de prestígio: faz parte da dimensão simbólica da classe militar, por exemplo, acordar, em consenso interno, que um paraquedista é melhor — em atributos heroicos fincados no paradigma da virilidade, tais como coragem, agressividade etc. — do que um militar que não é paraquedista. Dentro do subgrupo prestigiado dos paraquedistas, aqueles que alcançam a titulação de mestres de salto têm mais prestígio (sub-subgrupo etc.). Essa é uma economia de bens simbólicos (Bourdieu 2009) normalmente ignorada pelos que não são militares.
16. “Sê corajoso, para que os homens ainda por nascer falem bem de ti” (Homero, *Odisséia*, Canto I, 295).
17. “2.1.1 A Mobilização Nacional é o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o País a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira. / 2.1.1.1 São parâmetros para a qualificação da expressão ‘agressão estrangeira’, entre outros pontos, ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, *ainda que não signifiquem invasão ao território nacional* (Brasil 2022, 2, itálicos nossos).